

Local	Reunião on-line via zoom	Data	11.09.2023	Hora início	14h45	Hora fim	15h30
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

Participantes

Presenças:

- Helena Roseta, Coordenadora Nacional
- Ana Pedroso, Secretária-Geral do MS e co-representante do MS na Entidade Responsável pelo Programa
- Henrique Sá Melo, ponto focal da ACSS, IP e co-representante do MS na Entidade Responsável pelo Programa
- Filipa Comparado, representante do MCT na Entidade Responsável pelo Programa
- Vera Barbosa, representante do MAA na Entidade Responsável pelo Programa
- Rita Gonçalves, em representação de José Reis, representante do MAAP na Entidade Responsável pelo Programa

E ainda: Sara Gonçalves, da ACSS, IP
Secretariado – Catarina Homem

Ausências justificadas:

- Sofia Nabais, representante do MTSSS na Entidade Responsável pelo Programa
- Nuno Félix, representante do MAAC na Entidade Responsável
- Bruno Machado, representante do MH na Entidade Responsável

Ordem de trabalhos

- 1. Ponto de situação do Programa Bairros Saudáveis**
- 2. Operações necessárias para o acerto final de contas da presente edição do programa**

Assuntos discutidos

1. Ponto de situação do Programa Bairros Saudáveis

A Coordenadora Nacional apresentou o ponto de situação do Programa, informando que houve um atraso no pagamento da última tranche a 178 projetos, cuja despesa foi aprovada nas [49.ª](#) e [50.ª](#) reuniões da Entidade Responsável, devido à falta de autorização da Direção Geral do Orçamento para que a ACSS, IP pudesse utilizar o saldo de gerência de 2022. O assunto está finalmente em vias de resolução. Esclareceu também que a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, em face da cessação dos contratos em junho e dos constrangimentos que tal impunha ao Programa, que ainda não está concluído, assumiu a contratação, até 31 de dezembro de 2023, de 2 pessoas do núcleo executivo do Programa (Daniela Serralha e Catarina Homem), bem como da prestação de serviços informáticos, que tinha sido assegurada por outro representante da Entidade Responsável, estando já a desenvolver os respetivos procedimentos. Estes atrasos e discontinuidades na equipa têm-se traduzido em dificuldades acrescidas na coordenação nacional. Helena Roseta informou ainda que se continua a aguardar pela nova resolução do Conselho de Ministros que permitirá lançar uma nova edição do Programa, de acordo com o compromisso assumido em junho pelo Primeiro Ministro.

Quanto ao resultado das 62 audiências prévias aos projetos com penalizações na última tranche, a CN deu conhecimento de que elas estão concluídas e permitiram a 21 projetos ver alterada ou retirada a proposta inicial de penalização notificada. Caberá agora à ACSS aprovar as decisões finais e promover os pagamentos delas decorrentes. No final do processo, dos 62 projetos com proposta de penalização, 18 têm direito ao pagamento integral da última tranche, 31 têm direito ao pagamento parcial da última tranche, 3 não têm mais nada a receber e 10 têm verba a devolver, porque a receita já recebida excede o financiamento máximo a que têm direito em função dos indicadores de execução física apurados. Os valores a pagar estão dentro dos limites máximos da despesa aprovados na 50.ª reunião da ER quanto a estes projetos. O quadro em baixo resume os montantes totais a pagar e a receber pela ACSS, IP.

Local	Reunião on-line via zoom	Data	11.09.2023	Hora início	14h45	Hora fim	15h30
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

	Última tranche (integral)	Última tranche reduzida	Última tranche nula	Devolução pelos projetos	total
Nº de projetos	18	31	3	10	62
Valor total	57 931,10	87 655,55	NA	56 505,50	NA
total a pagar pela ACSS	145 586,65				
total a receber pela ACSS	56 505,50				

2. Operações necessárias para o acerto final de contas da presente edição do programa

Retomando o que foi informado na 50ª reunião sobre os próximos passos para finalizar o programa, a CN esclareceu que faltam os seguintes:

- aprovação pela ACSS, IP das decisões finais das 62 audiências prévias e pagamentos correspondentes;
- pagamento pelos projetos das devoluções devidas, havendo 4 dos 10 projetos envolvidos que já as fizeram, total ou parcialmente;
- aprovação da última adenda de alteração aos projetos para promoção de ajustamentos nas dotações das rubricas orçamentais antes do fecho de contas;
- submissão e avaliação dos relatórios de fecho de contas, com respetivos acertos de contas finais.

Quanto à avaliação dos relatórios de fecho de contas, é preciso verificar se se mantêm as pessoas designadas pelo [despacho n.º 13507/2022](#), de 21 de novembro, para o grupo de trabalho encarregue de analisar a execução física e financeira dos relatórios apresentados pelas entidades promotoras dos projetos apoiados pelo Programa Bairros Saudáveis. Trata-se de um despacho ministerial conjunto e a CN propôs que o assunto fosse tratado com cada um dos membros da ER relativamente a cada uma das pessoas nomeadas, o que mereceu o acordo dos presentes. A previsão é de uma quantidade elevada de despesas a conferir, da ordem das 50.000, o que se fará com maior ou menor celeridade em função do número de pessoas afetas ao grupo de trabalho.

A CN informou que estava com dificuldades na aplicação, à última adenda, da obrigatoriedade de justificação pelos projetos de alterações nas dotações das rubricas orçamentais que sejam superiores a 10% da dotação total disponível. Esta exigência decorre dos [critérios anteriormente aprovados](#) pela ER para as alterações aos projetos. Após debate, foi consensualizado que, na medida do possível, os critérios aprovados pela ER deveriam ser mantidos.

A CN deu ainda conhecimento da necessidade de promover dois processos por eventual incumprimento dos protocolos de financiamento, explicando sucintamente as situações detetadas. A instauração destes processos cabe ao Presidente do CD da ACSS, IP, na qualidade de primeiro outorgante em exercício dos protocolos de financiamento, a quem a CN fará chegar a devida informação.

Henrique Sá Melo informou que Sara Gonçalves, presente na reunião, que o tem apoiado na preparação das decisões do CD da ACSS, IP, irá abraçar um novo desafio profissional, tendo sido agradecido por todos os presentes a colaboração prestada e desejadas felicidades para as suas novas responsabilidades.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

A coordenadora nacional

A Secretária-Geral do Ministério da Saúde

Helena Roseta

Ana Pedroso